

**DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO**

**Deliberação:**

**Despacho:**

Concordo com o teor da presente informação,  
devendo ser submetida à reunião de Câmara para  
ratificação.

Valpaços, 22 de julho de 2016.

O Presidente da Câmara



Dr. Amílcar Castro de Almeida

**INFORMAÇÃO N.º 178/2016**

**ASSUNTO: ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE TERRESTRE DE ALUNOS, EM CIRCUITOS ESPECIAIS, NA ÁREA DO CONCELHO DE VALPAÇOS, PARA O ANO LETIVO DE 2016/2017. CONCURSO PÚBLICO N.º 23/DECD/2016.**

Tornando-se necessário proceder à aquisição dos serviços acima referidos, tendo em vista assegurar o transporte de alunos na área do concelho de Valpaços, para o próximo ano letivo de 2016/2017, em conformidade com os dados prestados pelo Agrupamento de Escolas de Valpaços e pelo levantamento efetuado pelos competentes serviços municipais, submete-se à consideração superior a presente informação que visa o seguinte:

**1. Escolha do tipo de procedimento**

- Considerando que a estimativa global para a presente prestação de serviços é de **€69.081,36** (sessenta e nove mil, oitenta e um euros e trinta e seis cêntimos) para o ano letivo 2016/2017, estimando o valor de €25.000,00 para assegurar o 1.º trimestre do ano letivo;
- Considerando que, nos termos do disposto na alínea b) do n.º1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), a escolha do Concurso Público permite a celebração de contratos de qualquer valor;
- Considerando que, nos termos do disposto no artigo 130.º do CCP, o presente procedimento vai ser publicitado do *Diário da República*;

Assim, em cumprimento da alínea b) do n.º1 do artigo 18.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho, e nos termos do disposto nos artigos 36.º e 38.º do CCP, solicita-se autorização, ao órgão executivo municipal, para aplicação do procedimento "Concurso Público", previsto na alínea b) do n.º1 do artigo 20.º do citado código, para adjudicação da prestação de serviço identificada em epígrafe.



## 2. Designação do júri

Tornando-se necessário, nos termos do artigo 67.º do CCP, proceder à nomeação do júri a quem compete a realização de todas as operações do procedimento, submete-se à consideração superior a seguinte proposta de constituição:

- Membros efetivos:

- Presidente: Eng.º Normando Teixeira Vieira, Diretor de Departamento de Educação, Cultura e Desporto;

- 1.º Membro Efetivo: Dr. Luís Manuel Chaves Barroso Batista, Chefe de Divisão Administrativa;

- 2.º Membro Efetivo: Dr.ª Carla Sofia Magalhães de Sousa Negreiro, Técnica Superior.

O primeiro membro efetivo substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos. Membros suplentes:

- 1.º Membro Suplente: Sandra Marisa Teixeira Araújo, Técnica Superior;

- 2.º Membro Suplente: José Manuel Gomes Teixeira.

## 3. Critério de adjudicação

O critério de adjudicação é o do preço mais baixo e de acordo com as normas aplicáveis constantes na Portaria nº 766/84, de 27 de setembro.

Em conformidade com o disposto no artigo 8.º do programa de procedimento a adjudicação será feita circuito a circuito.

## 4. Aprovação do processo de procedimento

Para efeitos de aprovação, e no cumprimento do exposto na alínea b) do n.º1 e n.º2 do artigo 40.º do CCP, acompanham a presente proposta o caderno de encargos e o programa de procedimento.

## 5. Valores a contratar

O artigo 35.º da LOE2016 aprovado pela Lei n.º 7-A/2016 de 30 de março, dita que os valores a contratar a título de aquisição de serviços em 2016 não pode ultrapassar o valor contratual de 2015.

Para abertura do presente procedimento e atendendo à portaria 194/2016 de 19 de julho, temos como base o valor padrão contratado em 2015, designadamente o valor unitário por Km de €0,42 para veículo de 5 passageiros e de €0,55 para veículo de 9 passageiros:

- CIRCUITO N.º 01

O preço ao Km é de €0,42, perfazendo o preço base para o presente circuito de €5.026,56.

- CIRCUITO Nº 02

O preço ao Km é de €0,42, perfazendo o preço base para o presente circuito de €4.242,00.

- CIRCUITO Nº 03

O preço ao Km é de €0,55, perfazendo o preço base para o presente circuito de €5.033,60.





- CIRCUITO Nº 04

O preço ao km é de €0,55, perfazendo o preço base para o presente circuito de €8.665,80.

- CIRCUITO Nº 05

O preço ao Km é de €0,42, perfazendo o preço base para o presente circuito de €5.260,08.

- CIRCUITO Nº 06

O preço ao Km é de €0,42, perfazendo o preço base para o presente circuito de €4.065,60.

- CIRCUITO Nº 07

O preço ao Km é de €0,55, perfazendo o preço base para o presente circuito de €9.002,40.

- CIRCUITO Nº 08

O preço ao Km é de €0,55, perfazendo o preço base para o presente circuito de €6.776,00.

- CIRCUITO Nº 09

O preço ao Km é de €0,42, perfazendo o preço base para o presente circuito de €4.666,20.

- CIRCUITO Nº 10

O preço ao Km é de €0,42, perfazendo o preço base para o presente circuito de €4.920,72.

- CIRCUITO Nº 11

O preço ao Km é de €0,55, perfazendo o preço base para o presente circuito de €11.422,40.

**6. Procedimento prévio de recrutamento de trabalhadores em situação de requalificação**

A obrigação de demonstração de inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apta para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa, prevista na parte final da alínea a) do n.º 6 do artigo 75.º da Lei que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2015, cujo procedimento é definido pela Portaria n.º 48/2014, de 26 de fevereiro (à luz do diploma que institui e regula o sistema de requalificação de trabalhadores em funções públicas - Lei n.º 80/2013, de 28 de novembro - atendendo ainda ao Despacho Conjunto de 19/12/2013), sendo que de acordo com o teor da Circular n.º 92/2014/PB da Associação Nacional de Municípios Portugueses, datada de 24/07/2014, e em especial com o teor das conclusões vertidas na Nota n.º 5/JP/2014, objeto de Despacho do Senhor Secretário de Estado da Administração Pública, datado de 10/07/2014, "(...) a administração local encontra-se abrangida pela aplicabilidade da Portaria n.º 48/2014 de 26 de fevereiro, no entanto, está dispensada de consultar o INA (...)".





**7. Prestação de serviços. Emissão de parecer prévio vinculativo a que alude o artigo 35.º da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março conjugado com a portaria n.º 194/2016, de 19 de julho.**

Considerando que se revela necessário proceder à aquisição dos serviços enunciados, tendo em vista assegurar o transporte de alunos na área do concelho de Valpaços, para o próximo ano letivo de 2015/2016 e que:

- Face à natureza do contrato em apreço, estes trabalhos serão desenvolvidos sem qualquer tipo de subordinação hierárquica, não se encontrando, o prestador de serviços sujeito à disciplina e à direção do órgão contratante;
- Não existem no quadro de pessoal desta Autarquia trabalhadores que possam assegurar o seu desempenho;
- Não se afigura conveniente o recurso a nenhuma modalidade de relação jurídica de emprego público constituída ou a constituir;
- A celebração do contrato de prestação de serviços, apenas pode ter lugar quando, cumulativamente, se cumpram os requisitos previstos no n.º 1 do artigo 32.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e o estatuído nos n.ºs 5 e 6 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, com as devidas adaptações, por remissão do n.º 12 do mesmo preceito legal;
- À luz do preceituado nos n.ºs 5 e 10 do artigo 35.º da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, a celebração de contratos de aquisição de serviços carece da emissão de parecer prévio vinculativo que é da incumbência do presidente do órgão executivo;
- Se encontra assegurada a cabimentação orçamental da despesa emergente com a celebração do supra mencionado contrato, conforme consta da informação de cabimento prestada pela Divisão Financeira, cuja cópia se anexa;

**8. Compromissos plurianuais**

Nos termos do disposto na alínea c) do n.º1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atualizada, conjugado com o artigo 22.º do Decreto-lei n.º197/99, de 8 de junho, a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita a autorização prévia da assembleia municipal.

A Assembleia Municipal de Valpaços, em sessão ordinária, realizada no dia 21 de dezembro de 2015, aprovou proposta do orçamento e Plano Plurianual de Investimento para o ano 2016, assim como a norma da execução orçamental, a qual prevê no seu artigo 25.º a autorização para a assunção de compromissos plurianuais.

Nestes termos, e face ao exposto até então, propõe-se que ao senhor Presidente da Câmara que:

- a) Emita parecer prévio vinculativo favorável à presente contratação de aquisição de serviços;
- b) Adoção do procedimento de concurso público, nos termos dos artigos 20.º, n.º 1, alínea b) e 130.º e seguintes, todos do CCP, bem como a aprovação do caderno de encargos e o programa de procedimento.

É tudo o que me cumpre informar.

Paços do Concelho de Valpaços, 22 de julho de 2016.

O Diretor de Departamento de E.C.D.



Eng.º Normando Teixeira Vieira